

www.globonews.com

Encontre esta matéria em:

<http://globonews.globo.com/Parabolica/0,6993,ZA380561-1208,00.html>

Terça-feira, 19/03/2002 - 15h08m - GloboNews.com

Marcelo Neri: 'A democracia não sobrevive à desigualdade'

Mais uma vez, vemos uma campanha eleitoral em que a discussão sobre distribuição de renda é ofuscada por temas como violência e saúde. Por quê?

De alguma forma, existe sim uma idéia de se discutir distribuição de renda. O próprio slogan do José Serra, "Nada contra a estabilidade, tudo contra a desigualdade", dá todo o destaque à questão. Mas falar de desigualdade é complicado, diferentemente da pobreza. Pode-se combater a pobreza sem mudar a distribuição de renda. É a velha história de deixar o bolo crescer para depois distribuí-lo, mas isso tem se mostrado falacioso no Brasil. Lidar com a desigualdade é muito difícil politicamente. Tem que tirar uma parte do bolo de uns para dar a outros, e ninguém quer perder. É mais fácil combater a desigualdade quando o país está crescendo do que em recessão. É mais fácil reduzir a desigualdade dos benefícios previdenciários, por exemplo, dando reajustes acima da inflação para quem está embaixo e repondo a inflação para quem está em cima do que diminuir a renda real de quem está em cima. Um segundo ponto é que devemos nos preocupar muito mais com desigualdade à medida que seus efeitos colaterais se tornem visíveis, como no caso da violência. Estudos empíricos mostram que violência e desigualdade caminham de mãos dadas, mais até do que violência e pobreza. Uma sociedade em que uns têm pouco em relação a outros forma um caldo de cultura ideal para a violência. Tem pessoas que precisam de recursos lado a lado a pessoas com recursos para serem seqüestrados ou roubados. Uma razão, certamente não muito nobre, para se combater a desigualdade é quando os ricos se sentem prejudicados pelo aumento da violência.

O Governo de São Paulo, com a onda de seqüestros e a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), está muito mais empenhado em combater diretamente a violência, tornando a polícia mais ativa, do que a desigualdade. Os governos estão indo pelo caminho errado?

Mudar a distribuição de renda em curto prazo nunca foi conseguido no Brasil, infelizmente. Mudar a distribuição de riqueza, então, menos ainda. Precisa-se de tempo. Então, os governantes usam instrumentos de política mais acessíveis. Certamente, o combate à desigualdade deve ser visto como uma política em si, não dentro do escopo de uma política de combate à violência. São duas coisas diferentes. A elite vai se preocupar mais com desigualdade quando houver mais violência, mas a desigualdade deve ser combatida por si só como um mal, e não por egoísmo ou auto-interesse.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou um estudo mostrando que, numa relação de 75 países, o Brasil era o de maior concentração de renda, na frente de Gabão, Nigéria, Tanzânia. Por que isso acontece?

A desigualdade não está melhorando nem piorando. Isso é grave, porque já estamos no fundo do poço. A própria democracia não sobrevive por muitos anos a muita desigualdade. O Brasil é o país mais desigual do nosso continente, e a América Latina é o continente mais desigual do mundo, muito sujeito a instabilidade política. Essas duas coisas estão associadas. Desigualdade e instabilidade política vão na mesma direção.

Por que estamos no fundo do poço?

O Brasil tem uma tradição legalista. Foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravatura. Por quê? Porque ter escravos era um direito, o sujeito tinha comprado. O Brasil foi muito reticente em romper com essa situação abominável, da mesma forma que é hoje em relação a uma série de direitos adquiridos. Não se consegue, por exemplo, instituir a isonomia de contribuição previdenciária entre ativos e inativos do setor público. Quem sai do setor público tem uma renda maior do que quem está na ativa, porque não desconta para a Previdência. É uma situação indesejável para a sociedade. Essa dificuldade de romper com certos privilégios é um fato recorrente na sociedade brasileira. Quem fez essa analogia, na verdade, foi o Caetano Veloso, que revisitou Joaquim Nabuco. Por outro lado, o brasileiro acha que vai combater a desigualdade por decreto. A Constituição de 1988 tem várias coisas positivas, mas algumas um pouco ingênuas. Estão escritas na lei - "As pessoas têm direito a X, Y e Z" - sem que se preocupe com a forma como são financiadas. No imaginário do brasileiro, a grande política de combate à

pobreza é o salário-mínimo. Quem discute o salário-mínimo acha ele deveria ser de X, para comprar X, Y e Z. Só que o salário-mínimo ideal não é aquele que, em tese, erradica a pobreza. Se ele for para R\$ 800, vai causar mais desemprego e informalidade do que aumento de salário. O salário-mínimo ideal não é aquele que em tese erradica a pobreza, mas que na prática leva em conta não só a lei proposta, mas também a reação da sociedade, dos empregadores, das firmas e dos trabalhadores. Isso produzirá o efeito desejado, que é a diminuição da pobreza.

Os planos de estabilização ajudaram a diminuir a pobreza?

Eles acabavam com a inflação por decreto. Ela até diminuía rapidamente por um tempo, mas depois voltava, porque não se combatiam os fundamentos da desigualdade. A própria política salarial brasileira era assim. O professor Mário Henrique Simonsen falava, em 1995, que o Brasil era o país do mundo com a mais longa experiência de indexação. Quem recebia um ou 20 salários-mínimos tinha o mesmo reajuste. Isso gerava mais inflação e, provavelmente, piorava a distribuição de renda. O mercado tem que ser regulado, mas de maneira inteligente. Hoje em dia, existe uma cláusula de política salarial só para o salário-mínimo. Outra questão na mesma linha é a dos benefícios previdenciários, que consomem 70% dos gastos sociais em nível federal. De um tempo para cá, vêm tendo ganhos reais. Por exemplo, este ano, o salário-mínimo vai subir de R\$ 180 para R\$ 200. Quem recebe um salário-mínimo de benefício previdenciário terá um ganho real embutido, porque o aumento será de 11% e a inflação foi de 7%, mas os demais vão receber a inflação. É importante combater a desigualdade com leis que façam sentido e com mais educação, que explica de 40% a 45% da desigualdade brasileira. Anos completos de estudo é a variável mais importante, embora não haja diferença entre escola pública ou privada, boa ou ruim. O problema é que educação é um investimento que demora a maturar. No Brasil, fala-se muito em política industrial, mas ela sempre aconteceu em benefício das elites. Não que o crescimento do país não tenha se beneficiado das políticas de substituição das importações e de subsídios aos grandes empresários e agricultores. Mas raramente se teve políticas voltadas para o produtor pobre, seja agrícola ou urbano. Quando se fala em proteger algum produtor, por que não um produtor que não tem acesso a crédito e é mais frágil?

O salário-mínimo ideal seria o que combatesse a pobreza, mas sem gerar desemprego. O senhor já fez uma conta de quanto seria, em reais?

Não temos essa conta, mas sim uma série de estudos que mostram que, em algumas circunstâncias, aumentos do salário-mínimo produzem impactos fortes sobre a pobreza no Brasil, por vias não muito esperadas. O trabalhador sem carteira acompanha o salário-mínimo mais do que o com carteira. Os beneficiários da Previdência, também, o que é uma coisa muito brasileira. Em qualquer país do mundo, quando se aumenta o salário-mínimo, os mais jovens são afetados. No Brasil, são os mais idosos. Em 1995, quando o Governo deu um reajuste de 43% ao salário-mínimo, que passou de R\$ 70 para R\$ 100 - com a inflação já estabilizada - a pobreza e a distribuição de renda melhoraram muito. Em um mês, a pobreza caiu nas áreas metropolitanas 10%. Só que, mais recentemente, o salário-mínimo tem perdido um pouco de força. Não que um aumento do salário-mínimo não possa reduzir a pobreza e a desigualdade. Mas aumentá-lo de R\$ 70 para R\$ 100 com a economia aquecida é uma coisa. De R\$ 200 para R\$ 800 com a economia em recessão, o efeito é completamente diferente. Fará mais mal do que bem.

O primeiro mandato de Fernando Henrique teve um grande ganho, a estabilidade. A situação piorou para o pobre no segundo mandato? Estamos vivendo hoje um momento completamente diferente?

Antes do primeiro mandato, quando Fernando Henrique ainda era o ministro da Fazenda do Itamar Franco, foi lançado o Plano Real. Boa parte dos efeitos positivos do plano foi em 1995, já no mandato de Fernando Henrique, com o reajuste do salário-mínimo. Até o fim de 1996, houve a lua-de-mel com o Plano Real em termos sociais. Já da metade para o fim do primeiro mandato, houve uma série de choques na economia, as crises asiática e russa, culminando com a desvalorização do real na divisão entre o primeiro e o segundo mandatos. Nesse período, a pobreza não cresceu no país - o que é surpreendente, apesar das crises. O desemprego aumentou muito, principalmente nas áreas metropolitanas, mas a taxa de indigência caiu 0,57% ao ano entre 1996 e 1999. Não é um grande número, mas o problema é que a renda do trabalho nas áreas metropolitanas caiu 4,5% ao ano. A pobreza em nível nacional não aumentou, porque essas crises atingiram mais as áreas metropolitanas - e não as rurais, que são mais pobres - e mais a renda do trabalho do que a de outras fontes, como benefícios previdenciários, seguro-desemprego, juros, aluguéis. Nesse período, o mercado de trabalho andou mal, mas as políticas compensatórias e as redes de proteção social minimizaram o impacto da crise. As classes média e alta foram duramente impactadas, mas a classe pobre não. Os 50% mais pobres tiveram um ganho de 0,8%, enquanto as classes média e alta, os outros 50%, tiveram queda em torno de 2,5% ao ano. No bojo dessas crises externas, começou-se a desenvolver uma série de coisas que estão sendo implementadas só agora. Já há algum tempo, foi implementada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mais recentemente, na área social, houve a implementação do Projeto Alvorada, a grande política

social do Governo, englobando uma série de programas. Começa pelos municípios mais pobres, de menor IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*), com ações voltadas como bolsa-escola, bolsa-alimentação. Talvez a crítica que se possa fazer é que essas políticas demoraram a acontecer. Um terço das crianças em idade de ensino fundamental tem acesso a uma bolsa-escola. É algo que não existia antes. O senador Eduardo Suplicy, por exemplo, está há pelo menos dez, 15 anos, lutando por um projeto de renda mínima. Recentemente, assisti a um seminário em que ele falava que a discussão não é mais se vamos ou não adotar o renda mínima, mas qual a melhor forma. Isso é um avanço.

Você já disse que, se cada brasileiro acima da linha de pobreza contribuisse com R\$ 3 mil, acabaria com a fome de 50 milhões de miseráveis. Temos 50 milhões de miseráveis no Brasil? Existe uma certa discussão em torno desse número. Mas vamos ao primeiro número: se cada pessoa que está acima da linha de miséria - que é de R\$ 80 por mês - contribuisse com R\$ 15 mensais, em média, e esse dinheiro chegasse à mão dos 50 milhões de miseráveis, a miséria estaria aliviada. Apesar de termos 50 milhões de miseráveis, segundo os cálculos da FGV, o custo para erradicar a miséria é relativamente baixo. O problema é que, dando R\$ 15, você adiará o problema para o mês seguinte, quando teria que recolher novamente R\$ 15. Essa conta de R\$ 3 mil é se você desse uma caderneta de poupança para cada miserável. O retorno seria de R\$ 15 por mês, já que a caderneta rende 0,5% ao mês. Se o investimento rendesse 1%, o custo desse fundo seria de R\$ 1.500, por exemplo. Obviamente, é um número elevado. Aliviar a pobreza é mais barato do que erradicá-la.

E quanto tempo se levaria para termos uma distribuição de renda semelhante à da Suécia, da Noruega?

No passo atual, talvez em 5027. Tem havido investimentos em educação, o que a longo prazo é muito importante para diminuir a miséria, mas os efeitos desse investimento só são observáveis quando a criança chega ao mercado de trabalho. Demora dez ou 15 anos. Fizemos a seguinte conta: se o país crescer 4% ao ano durante cinco anos - ou seja, 21% acumulado, o que não acontece desde os anos 70 - a miséria cairia cerca de 17,8%. A proporção de miseráveis baixaria de 29% para 24%. Outro cenário é se o país ficar estagnado e a melhora ocorrer só na desigualdade de renda. Se, por exemplo, o índice de Gini do Brasil (*indicador que mede a desigualdade, variando de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior a desigualdade; quanto mais perto de zero, menor*) caísse de 0,59 para 0,54 - que ainda é um nível muito alto -, com uma queda de 8,5%, a miséria cairia 28%. Isso mostra que o Brasil tem um grande espaço para combater a pobreza via desigualdade. A Índia, por exemplo, não. Tem um índice de Gini que é metade do brasileiro, mas é um país igualitário. Lá, a solução é crescer, crescer ou crescer. No Brasil, não. Além do crescimento, o combate à desigualdade pode ser uma estratégia para erradicar a pobreza. Na verdade, a desigualdade - essa chaga que envergonha (ou deveria envergonhar) os brasileiros - é uma grande aliada no combate à pobreza. Pelo menos, temos de onde tirar.

Desde o Real, os ganhos têm sido maiores para quem trabalha por conta própria, não? Isso acaba sendo um círculo vicioso, porque estimula a informalidade e não gera riqueza para o país?

Na verdade, logo depois do Real, a estabilização gerou uma espiral de salários neste segmento. No início do ano 2000, quando a economia estava começando a retomar, até o início de 2001, parecia que iria crescer 4% ao ano. Neste período, o segmento formal começou a ter aumento de renda e cresceu a porcentagem de empregados com carteira, o que a gente não via há uma década. Só que isso foi colocado em xeque pelas crises do ano passado: racionamento, Argentina e recessão americana, piorada com os atentados de 11 de setembro. Todos esses efeitos impactaram principalmente o segmento formal. Os conta própria voltaram a ter um comportamento relativo melhor, mas acho que mais por dificuldades do mercado formal do que por mérito deles.

Isso é ruim para o Brasil ou é um jeito de sobrevivermos numa crise? O conta própria não gera riqueza e muitas vezes não paga imposto.

É uma estratégia de sobrevivência. Dos pobres brasileiros, 58% estão em famílias chefiadas por trabalhadores informais. É um grande bolsão de miséria. É uma estratégia de sobrevivência, mas também de evasão de impostos. É ruim para o país no sentido agregado, mas entendo perfeitamente como estratégia de sobrevivência. A informalidade é pior do que o desemprego. O principal problema para quem está preocupado com pobreza, em termos de mercado de trabalho, é menos as pessoas terem emprego, e muito mais o tipo de emprego que conseguem.

Qual a importância da escolaridade na distribuição de renda? Você falou certa vez que cada ano de estudo representa um acréscimo de 16% na renda. Esse percentual continua o mesmo? Mudou pouco. Um analfabeto com R\$ 100 de renda, se completa um ano de estudo, passa para R\$ 116, para a vida ativa toda. É um investimento muito lucrativo, para a pessoa e para a sociedade. Isso continua alto no Brasil, principalmente para quem tem nível universitário. A taxa de retorno

entre quem começa e quem termina a universidade é de 21% ao ano. Ou seja: em quatro anos de universidade, a pessoa praticamente dobra a sua renda.

As mulheres estão começando a ganhar mais que os homens, em algumas funções?

Na verdade, está diminuindo o diferencial de salários entre homens e mulheres, mas elas continuam atrás. Mas as mulheres são mais educadas que os homens, e o futuro é de quem tem mais educação. Elas têm mais ou menos dois anos a mais de estudo que os homens. Dado que o futuro é dos mais educados, o futuro é das mulheres.

Mas o presente ainda não?

O presente, não. Mas, na questão racial, esse diferencial quase não mudou nos últimos anos. O diferencial tanto de escolaridade quanto de renda permanece altíssimo. Hoje em dia, a proporção de empregadores afro-brasileiros na população brasileira é de 22%, enquanto na população total é de 44%. Eles estão super sub-representados entre os empregadores.

O que é mais perverso para o trabalhador no Brasil: taxa de juros, inflação, desemprego ou a combinação dos três?

Todas essas variáveis têm efeitos adversos. O efeito dos juros é particularmente alto, mas a taxa não é só fruto de uma decisão de política econômica e monetária, e sim porque o Brasil tem um risco-país alto. A taxa de câmbio não tem efeito muito grande. Uns seis meses atrás, escrevi um artigo - na época em que o Domingo Cavallo estava fazendo críticas ao Brasil - que mostrava que a desvalorização cambial era socialmente menos danosa no curto e no longo prazos do que sustentar o câmbio torto com taxas de juros muito altas. Até 1999, toda a política econômica do Brasil era só em cima de juros. Agora, apesar de os juros ainda serem altos, é em cima de câmbio e juros. Esse peso não só faz mais sentido macroeconômico de curto e longo prazo - no sentido de que se está caminhando rumo à solução do problema, não só empurrando-o com a barriga - como também é menos danoso do ponto de vista social.

De que forma a flexibilização da CLT pode afetar o trabalhador, o nível de emprego, a distribuição de renda?

É importante dizer que a flexibilização da CLT impacta o segmento formal, que não é o setor pobre da economia brasileira. Com o nível de encargos e rigidez que existe na legislação trabalhista no Brasil - que é muito antiga, data de 1943 - talvez a escolha não seja entre ter mais ou menos benefícios, e sim entre ter algum benefício ou não ter benefício algum, que é o que acontece quando você é informal ou está desempregado. Tornar a negociação trabalhista mais flexível seria benéfico ao funcionamento do mercado de trabalho e à desigualdade. Países com muita intervenção no mercado de trabalho, com uma legislação trabalhista muito antiquada - como a França - têm taxa de desemprego muito maior do que países com mais flexibilidade, como os Estados Unidos. O mercado de trabalho no Brasil sempre foi muito flexível, apesar dessa lei, mas é porque a inflação alta atuava como uma graxa lubrificando seu funcionamento. A estabilização jogou areia nas engrenagens do mercado de trabalho, que perdeu essa flexibilidade. Não é à toa que o desemprego cresceu.

Por que a inflação era uma graxa para essa engrenagem? Mascarava os custos do emprego?

Não. Um exemplo: eu contrato uma pessoa e pago um salário de mil reais. Na época da inflação alta, eu era obrigado a negociar o salário de maneira contínua. Se minha produtividade aumentasse de mil reais para R\$ 1.200, na negociação seguinte eu dava um aumento. Se o choque fosse adverso, eu também podia ajustar o salário para baixo. O que se ajustava era o salário, não o emprego. Com a estabilidade, o salário nominal e real está mais ou menos dado. O que muda é o emprego. Então, quando a economia entrou em recessão, nos anos de 1997, 1998, não se tinha como ajustar os salários, só o nível de emprego. E a taxa de desemprego subiu muito. A boa economia na área social tem custos. Não existe almoço grátis. Se você quiser ter o menor nível de desemprego, precisa ter alguma flexibilidade salarial. Não dá para ganhar nas duas pontas.

Do ponto de vista de políticas sociais, que diferença você vê num eventual governo Lula, Roseana ou Serra?

É difícil... Programas de renda mínima já estão colocados, e acredito que ninguém vai desfazê-los. O próprio programa do PT, o Fome Zero, fala sobre isso. O Projeto Alvorada seria defendido tanto por Serra quanto por Roseana. O que eu gostaria de ver, e não sei o que cada um pode oferecer, seria a proposição de metas sociais palpáveis. O Governo brasileiro tem seguido a idéia de metas inflacionárias. Por que não usar o mesmo pragmatismo para indicadores sociais? Do tipo, se a pobreza hoje é 29%, ano que vem será 27%, se formos ambiciosos - ou 28%. se formos menos ambiciosos. Ficará mais fácil comparar não só as metas, mas principalmente a forma de atendê-las. Como o Brasil tem essa tradição legalista, o candidato diz que vai fazer isso e aquilo, aumentar o salário-mínimo, dar renda mínima e fazer reforma agrária, mas tem que ver a

consistência desse conjunto de decisões. A boa política social tem um olho nas possibilidades e outro nas prioridades. Os candidatos, talvez com exceção do Lula, ainda não apresentaram uma agenda que possa ser analisada com todas as suas implicações.

Você está trabalhando para algum candidato?

Não. Tenho uma posição independente. Acho que analista da área social é que nem comentarista de futebol. Esse distanciamento é saudável.

[< voltar](#)

[> imprimir](#)